

O DISCURSO SOBRE A EDUCAÇÃO DE SURDOS: OS TENSIONAMENTOS IDEOLÓGICOS

DISCOURSE ON DEAF EDUCATION: IDEOLOGICAL TENSIONS

Wellington Souza¹

RESUMO: Neste artigo, com base na Análise Crítica do Discurso, propomos averiguar quais ideologias circulam no discurso sobre a educação de surdos em uma audiência pública do Senado Federal. Para tanto, a metodologia utilizada baseia-se na análise discursiva textualmente orientada. As categorias analíticas utilizadas na pesquisa foram da avaliação e da presunção que mostraram as tensões ideológicas entre os atores sociais surdos e ouvintes.

PALAVRAS-CHAVE: Análise Crítica do Discurso. Educação de surdos. Ideologias.

ABSTRACT: In this article, based on Critical Discourse Analysis, we propose to investigate which ideologies circulate in the discourse on deaf education in a public hearing of the Federal Senate. To this end, the methodology used is based on textually oriented discursive analysis. The analytical categories used in the research were evaluation and presumption, which showed the ideological tensions between deaf and hearing social actors.

KEYWORDS: Critical Discourse Analysis. Deaf education. Ideologies.

1. INTRODUÇÃO

Tomamos como pressuposto que as minorias são desfavorecidas por causa de sua marca “diferente”, seja pela crença, pela sexualidade, pela etnia ou pela forma linguística/comunicacional, tal como ocorre com os surdos. Nesse sentido, Hall (2016) menciona que as (re)produções das representações são pautadas pelas relações de poder – os binarismos –, assim, a ideia em torno dos surdos é delineada pelos ouvintes que detêm o privilégio de ocupar um espaço de “normalidade” em contraste a quem “falta” um dos cinco sentidos humanos. Em consonância, Skliar (2011) argumenta que a não aceitação dos surdos na sociedade decorre da negação da surdez enquanto uma diferença legítima. O autor ressalta que historicamente os surdos são silenciados e forçados a se conformar com os padrões normativos das pessoas com audição.

Embora a Língua Brasileira de Sinais (Libras) tenha sido reconhecida por meio legal, a língua continua sendo desconhecida e depreciada por grande parte da sociedade. Além do mais, os sujeitos surdos ainda são silenciados e invalidados nas instâncias sociais, uma vez que esses cidadãos nem sempre encontram acessibilidade para a efetiva participação na vida social, seja no âmbito da política, educação, trabalho, informação, dentre outros; disso decorre o grande índice da exclusão de surdos nos mais diversos espaços.

¹ Doutorando em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista CAPES.

Para ilustrar o que foi mencionado, evocamos uma pesquisa elaborada por Holdorf e Robinson (2020), a partir de uma revisão integrativa da literatura, no que tange às barreiras de acessibilidade para as pessoas surdas no setor de serviços. No referido estudo, constatou-se que a acessibilidade para o público surdo permanece prejudicada por barreiras atitudinais e comunicacionais, conforme demonstrado por diversas pesquisas. A falta de conscientização por parte das organizações, a escassa presença de intérpretes de língua de sinais e a ausência de informações em formato acessível são alguns dos principais obstáculos identificados. Diante desse cenário, observa-se que existe a manutenção de discursos hegemônicos arcaicos sobre a surdez, nessa lógica, os surdos são inferiores em comparação a quem ouve.

Nesse sentido, Strobel (2009) destaca que na visão crítica sobre a surdez, a dominação ouvinte, ou ouvintismo, se assemelha a uma forma de colonialidade do poder. Isso se reflete na história da educação de surdos, frequentemente conduzida sob a lógica ouvinte.

Consequentemente, em virtude das relações assimétricas de poder entre os surdos e os ouvintes, existe a padronização da forma de comunicação humana [a língua materializada pela modalidade oral-auditiva], pela ideologia ouvintista². Sendo assim, a minoria surda sofre com os efeitos desses discursos/ideologias. Dado esse contexto, a comunidade surda resiste, posiciona-se divergentemente aos discursos de culhos estereotipados, patológicos, capacitistas, ouvintistas, etc.

Essa problemática está estritamente relacionada aos fenômenos da linguagem na sociedade, que, por sua vez, comporta os entrecruzamentos das relações humanas, discurso e poder.

Posto isso, nesta pesquisa, propõe-se, com base na Análise do Discurso Crítica (ADC), levando-se em consideração o seu fundamento em prol da justiça social, averiguar quais ideologias circulam no discurso sobre a educação de surdos em uma audiência pública do Senado Federal, ocorrida em 2016. Para tanto, submetemos o *corpus* deste estudo às categorias analíticas da avaliação e da presunção.

O artigo está subdividido em três tópicos: o primeiro, sobre as metodologias adotadas na educação de surdos no Brasil; o segundo, uma breve abordagem no que se refere à teoria da ADC; o terceiro, a análise proposta nesta pesquisa.

2. A EDUCAÇÃO PARA SURDOS NO BRASIL

De acordo com uma pesquisa feita, em 2020, pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), no Brasil, são mais de 10 milhões de pessoas com algum tipo de comprometimento auditivo. Uma parcela desse quantitativo é composta por surdos que se comunicam por meio da Libras.

² O ouvintismo é um conceito dos Estudos Surdos que está baseado na ideia de superioridade da audição e a imposição da cultura ouvinte às pessoas surdas.

A Libras foi regulamentada no dia 24 de abril de 2002, pelo advento da Lei nº 10.436. Desde então, essa modalidade linguística é reconhecida³ como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda. Entretanto, ainda existe o desconhecimento/invisibilização dos sujeitos surdos [usuários da Libras] nos mais diversos contextos sociais.

No que diz respeito à educação de surdos, ainda existem muitas barreiras a serem sanadas, dentre elas, enfatizamos a metodologia de ensino para surdos. Diante disso, trazemos à baila duas das modalidades adotadas na educação de surdos no país, a saber: educação inclusiva; educação bilíngue. A educação inclusiva tem uma proposta de promoção de igualdade nas instituições, porém, muitas das vezes, esse objetivo não tem êxito quando se trata da comunidade surda, uma vez que a metodologia utilizada é direcionada para os ouvintes, a cultura surda é desconsiderada nesse contexto. Assim, ainda que seja com a presença de um intérprete de Libras [às vezes, sem as competências linguísticas necessárias], o aprendiz surdo não tem sucesso na aprendizagem dos conteúdos das disciplinas. Na educação bilíngue, a Libras é adotada como a língua de instrução e a língua portuguesa como a segunda língua, ensinada na modalidade escrita; preza-se pela culturalidade surda, todos os conteúdos são passados por meio da sinalização e, na maioria das vezes, os professores são surdos. Atinente ao que foi comentado, Quadros (2005) explica que a Libras enquanto língua de instrução, os professores e instrutores surdos são, naturalmente, os que mais a dominam. Por isso, são os mais indicados para assegurar o processo de aquisição da língua pelos alunos.

Com isso, a metodologia mais adequada para a educação de surdos é a modalidade de educação bilíngue. Segundo Quadros (2005), o bilinguismo na educação de surdos vai muito além de uma questão puramente linguística, pois abrange aspectos políticos, sociais e culturais profundos. Nesse contexto, a educação bilíngue para surdos deve ser baseada em um currículo visual-espacial, que permita aos estudantes surdos o acesso a todos os conteúdos escolares em sua própria língua. Todavia, o ensino inclusivo é o mais disseminado.

Nesse sentido, no *site* do Governo Federal, menciona-se sobre uma pesquisa feita pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2020, que indica a existência de apenas 64 escolas bilíngues no país. Posteriormente, em 2021, sancionou-se a Lei nº 14.191, alterando a Lei nº 9.394/1996 (LDB), dispondo sobre a modalidade de educação bilíngue. Mas, até o momento, a educação de surdos permanece, em predominância, baseada na filosofia inclusivista.

À vista disso, o tema “inclusão dos surdos”, nos mais diversos espaços, implica a parcial incongruência entre a legislação e o seu cumprimento. Apesar da existência de inúmeras leis que garantam a inclusão, ainda vivemos o processo paulatino de efetivação da acessibilidade nas mais diversas esferas sociais, além da conscientização social. Ademais, os sujeitos surdos ainda são impedidos de ocuparem espaços na sociedade, como em séculos passados.

³ A Lei 10.436 nos indica a Libras enquanto língua reconhecida, diferente de oficializada, uma vez que, por exemplo, os documentos oficiais do país são estritamente produzidos e divulgados na língua portuguesa.

3. UM BREVÍSSIMO PANORAMA DA ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA

A Análise do Discurso Crítica (ADC) é uma teoria – outrossim, método –, que tem o linguista Norman Fairclough como um dos seus idealizadores. Essa abordagem analítica objetiva a justiça social, portanto, o enfoque é direcionado para as relações entre o uso da linguagem e as relações de poder concebidas por meio das práticas discursivas. Diante disso, a ADC debruça-se no Discurso, com o desígnio de explicitar nuances da linguagem, implícitas ou naturalizadas, determinantes para o estabelecimento das relações assimétricas de poder no seio social. Vieira e Macedo (2018) comentam que existe uma dialeticidade entre o discurso e a sociedade, dado que ambos se moldam reciprocamente.

A ADC concentra sua atenção nessa relação porque está interessada em analisar relações estruturais, transparentes ou veladas, de discriminação, de poder e de controle manifestas no discurso. Em outras palavras, a ADC almeja investigar, criticamente, como as assimetrias são expressas, sinalizadas, constituídas, legitimadas, naturalizadas e mantidas, por algum tempo, pelo discurso. (Vieira; Macedo, 2018, p. 49)

Em face do que fora exposto, Fairclough (2003) menciona que existe uma relação entre os textos, os eventos sociais, as práticas e as estruturas sociais. Para o autor, os agentes sociais não são “livres”, pois são socialmente constrangidos. Por esse pensamento, os agentes sociais produzem textos conforme a estrutura social vigente. Desse jeito, as práticas sociais, bem como, as ordens do discurso, são formas de controlar a seleção de certas possibilidades estruturais.

De acordo com Fairclough (2003), as práticas sociais podem ser compreendidas como movimentos dialógicos entre diversos elementos sociais que estão interligados às áreas particulares da vida social. Desse modo, em qualquer prática social existe a articulação dos seguintes elementos: ação e interação; relações sociais; pessoas (com crenças, atitudes, histórias etc.); o mundo material; o discurso.

Posto isso, ratifica-se a preocupação da ADC enfocada nas relações de poder estabelecidas por intermédio dos discursos e das práticas sociais, em uma relação dialógica, que envolve os acionamentos ideológicos. Wodak (2004) afirma que “Para a ACD, a ideologia é vista como um importante aspecto da criação e manutenção de relações desiguais de poder” (Wodak, 2004, p. 235).

Nesse sentido, a prática da ADC fundamenta-se no texto, que por seu turno, investiga os fenômenos com base na ordem do discurso. Destarte, “A abordagem em ADC está preocupada com a continuidade e com a mudança nessas ordens do discurso, bem como o que acontece em determinados textos” (Vieira; Macedo, 2018, p. 56). Desse modo, por meio do *modus operandi* da ADC, é possível a apreensão dos efeitos ideológicos que circulam entre discurso e prática social, ademais, as relações assimétricas de poder podem ser investigadas quanto ao seu funcionamento.

A ADC interessa-se pelos efeitos suscitados pela materialidade da linguagem entrelaçada ao social. Dessa maneira, o cerne das inquietações desse tipo de análise pauta-se nas relações estruturais de poder, de discriminação e de controle.

[...] a ADC o faz de modo engajado, pois considera a relação dialética entre textos e sociedade: o sujeito da linguagem transforma e é transformado pelas práticas discursivas, ora se conformando às ordens do discurso, ora contestando-as, ora ressignificando-as e transformando-as. (Vieira; Macedo, 2018, p. 56)

Então, para compreender o funcionamento das relações estruturadas socialmente, por meio da linguagem, pela óptica da ADC, deve-se levar em consideração os entrecruzamentos de conceitos, como, de discurso, de poder, de hegemonia e de ideologia. No que tange o discurso, com base nos postulados de Fairclough, as autoras elucidam que o conceito de discurso está atrelado à análise linguística e à teoria social do discurso. Em vista disso, nos estudos da ADC, “[...] discurso é linguagem como forma de prática social, e não puramente individual ou situacional” (Vieira; Macedo, 2018, p. 57).

Nessa direção, Vieira e Macedo (2018) arrolam o poder como mais um dos conceitos caros da ADC, aqui compreendido como fenômeno que emana do conjunto das relações que permeiam o social. O entendimento de poder está ligado aos conceitos de dominação [abuso de poder] e de hegemonia. A esse respeito, Ramalho e Resende (2021) evocam o que fora colocado por Fairclough sobre o conceito de hegemonia: “[...] ‘hegemonia’ como domínio exercido pelo poder de um grupo sobre os demais, baseado mais no consenso que no uso de força” (Ramalho; Resende, p. 43). Desse modo, a perspectiva da ADC foca a sua atenção nos efeitos ideológicos, nas relações de poder, na dinâmica entre os textos e as interações sociais.

Wodak (2004) afirma que o poder envolve relações de diferença, ainda ratifica que a linguagem está imbricada ao poder social. A estudiosa explica que “A linguagem constitui um meio articulado com precisão para construir diferenças de poder nas estruturas sociais hierárquicas” (Wodak, 2004, p. 237).

Em consonância com o que fora aludido, mas complementando, para Van Dijk (2008), a noção complexa de poder não pode ser resumida em uma definição simples. O autor aponta que é necessário ter uma teoria madura e interdisciplinar. Em vista disso, destaca que a noção de poder está atrelada às características que envolvem os discursos, o social e a cognição.

Para Van Dijk (2008), a prática e a manutenção do poder social estão ligadas à uma estrutura ideológica “[...] formada por cognições fundamentais, socialmente compartilhadas e relacionadas aos interesses de um grupo e seus membros, é adquirida, conformada ou alterada, principalmente, por meio da comunicação e do discurso” (Van Dijk, 2008, p. 43).

Considerando essa assertiva, Van Dijk (2008) apresenta uma proposição de abordagem da ideologia diferente da elaborada tradicionalmente. Assim, reforça que a ideologia não baseia-se somente em práticas e instituições sociais, mas tem a sua fundamentação na cognição social.

Isso significa dizer que a ideologia não é composta por um conjunto de crenças ou atitudes, porém, tem a natureza sociocognitiva mais elementar. Com base no que fora exposto, o autor define que

[...] uma ideologia é uma estrutura cognitiva complexa que controla a formação, transformação e aplicação de outros tipos de cognição social, tais como o conhecimento, as opiniões e as posturas, e de representações sociais, como os preconceitos sociais. (Van Dijk, 2008, p. 48)

Com base nessa proposição, Van Dijk (2008) postula que as relações de poder social são exercidas por meio da interação, constituídas por intermédio da estrutura cognitiva. Por esse viés, o teórico explica que um grupo “A” possui poder sobre o grupo “B” quando as ações [aqui entendidas como controle cognitivo] e potenciais de “A” assumem um controle social sobre “B”, limitando-o.

Destarte, Van Dijk (2008) atesta que os grupos dominados, nas mais diversas condições sociais, podem reagir com resistência ao abuso de poder; o autor ratifica que “[...] com o exercício de um contrapoder, o que, a seu turno, pode tornar o poderoso menos poderoso, ou até mesmo vulnerável, situação típica das revoluções” (Van Dijk, 2008, p. 43). Além disso, o estudioso salienta que “[...] o poder precisa ser analisado em relação às várias formas de contrapoder ou resistência vindas de grupos dominados [...] o que também é uma condição para a análise dos desafios e das mudanças sociais e históricas” (Van Dijk, 2008, p. 43).

Diante o exposto, com base na esteira teórica da ADC, vislumbramos os movimentos do texto, sobre a educação de surdos, em interação com o social e a apreensão da repercussão ideológica.

4. O DISCURSO SURDO X OUVINTE: ALGUMAS PRESUNÇÕES

O *corpus* desta investigação é composto por recortes de um texto, transcrito, extraído de um arquivo em vídeo; em seguida, os enunciados foram selecionados a partir da recorrência da materialidade discursiva pertinente à proposta da pesquisa, bem como formulações linguísticas com teor avaliativo, que, por sua vez, foram analisados com base nas categorias propostas por Fairclough, a saber, a avaliação e a presunção. A avaliação é definida como “apreciações ou perspectivas do/a locutor/a, mais ou menos explícitas, sobre aspectos do mundo, sobre o que considera bom ou ruim, ou o que deseja ou não, e assim por diante” (Fairclough, 2003, p. 172 *apud* Ramalho; Resende, 2011, p. 119). Desta forma, pretende-se identificar as ideologias presentes nos textos que compõem o *corpus* desta pesquisa.

Por meio de uma abordagem qualitativa, é possível considerar “[...] vários tipos de práticas interpretativas que permitem transformar aspectos do mundo em representações por meio das quais podemos entendê-los, descrevê-los e interpretá-los” (Ramalho; Resende, 2011, p. 74). Conforme os postulados da ADC, o texto é a unidade mínima para análises. Portanto,

almeja-se uma análise discursiva textualmente orientada (ADTO) dos discursos dos atores sociais (não)surdos.

Nessa direção, Vieira e Macedo (2018) formulam que “São os textos, em seus diferentes gêneros, que possibilitam as interações e as relações sociais, com suas crenças, seus valores, seus contextos, suas ideologias” (Vieira; Macedo, 2018, p. 49). Assim, considerando a proposição apontada por Fairclough (2003) de que há dialeticidade entre os textos, os eventos sociais, as práticas e as estruturas sociais; vislumbra-se os efeitos ideológicos em funcionamento do discurso.

Ademais, tomamos como base a concepção de ideologia proposta por Van Dijk (2016) em que as ideologias são entendidas enquanto atitudes socialmente compartilhadas sobre os anseios do grupo.

Esta análise está dividida em dois momentos: o primeiro concerne aos discursos de uma ouvinte, então Coordenadora de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, representante dessa instituição; por conseguinte, o discurso de uma surda, representante da Feneis⁴.

A seguir, o discurso de Rosângela Machado:

[...] Quando a gente tem uma experiência maravilhosa no Brasil, por que não citam Florianópolis? Ai, Florianópolis é outra realidade, é uma exceção? Não. É uma rede que é convicta no direito à educação de todos.

Nesse enunciado, a educação de surdos é avaliada como “maravilhosa”, entende-se, nesse sentido, que os surdos e os educadores surdos experienciam uma realidade [utópica] de um modelo educacional equitativo, direito ao ensino e ao aprendizado, e a liberdade comunicacional acessível.

Por esse viés de pensamento, do ponto de vista de uma ouvinte⁵, desconhecedora dos pormenores do processo de ensino-aprendizagem de surdos, identifica-se uma avaliação positiva, uma presunção valorativa, no que tange à escolarização desses sujeitos.

Por conseguinte, Rosângela ratifica que a instituição, a qual representa, é “convicta” no direito à educação de todos, então, uma avaliação positiva. Essa proposição, nos dá margem ao entendimento de que se a rede é convicta no direito à educação de todos, logo, não há exclusão [o que não é verdade].

[...] Se essa casa tem dificuldade de colocar um intérprete, de barrar a entrada de pessoas com deficiência, de colocar acessibilidade, é por falta de convivência com as pessoas com deficiência. Por falta dessa convivência.

⁴ A Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos é uma entidade de representação nacional da Comunidade Surda em defesa de seus direitos.

⁵ O termo “ouvinte” não é, neste contexto, quem está na posição de telespectador de um discurso, mas é o termo que denota um sujeito não-surdo.

No trecho acima, percebe-se a invisibilização da população surda, pois, embora saiba da existência desses sujeitos na sociedade, da necessidade de acessibilidade linguística, ignora-os pelo fato de não haver convivência. Além disso, ao utilizar o termo “deficiência” para se referir aos surdos, evidencia o desconhecimento acerca da causa social a qual se discute. A comunidade em questão não se identifica enquanto deficiente (ausência da audição), porém, apresentam-se enquanto surdos (presença da língua de sinais, cultura e identidades surdas). Concernente a isso, Strobel (2009) menciona que as representações dos surdos na história estão imbricadas com os dois principais vieses de apreensão, a saber: o socioantropológico e o clínico-terapêutico. O primeiro diz respeito à surdez culturalizada, o segundo à surdez patológica. Em consonância, Oliveira (2011) afirma que a visão clínico-terapêutica considera o indivíduo que não ouve como deficiente, ao passo que, segundo a visão socioantropológica, “[...] o surdo não é tido como alguém que tem uma patologia que precisa ser eliminada, mas sim como uma pessoa normal, e a surdez como uma marca que repercute nas relações sociais e no desenvolvimento cognitivo dessa pessoa [...]” (Oliveira, 2011, p. 89).

Assim, entendemos a falta de acessibilidade linguística como a exclusão dos atores sociais surdos na participação dos eventos. Conviver com sujeitos surdos seria uma condição para a promoção da acessibilidade?

[...] o ensino de Libras é fundamental, para quem opta por esse meio de comunicação.

Mais uma vez, a representante da secretaria de educação faz uma afirmação avaliativa, destacando que o ensino de Libras é “fundamental”. Nesse momento, a coordenadora reconhece que a Libras é um elemento basilar para o desenvolvimento do sujeito surdo, faz uma avaliação positiva. Todavia, em seguida, existe uma conjunção adversativa implícita [porém, mas, não obstante, todavia...], no enunciado, que antecede a seguinte oração: “para quem opta por esse tipo de comunicação”. Aí ocorre um deslocamento de significação, pois o ensino da Libras passa de “fundamental” (quando a avaliação é positiva) para “opcional” (quando a avaliação é negativa) [Mas quem pode optar?]. Diante disso, observa-se uma relação de realce, no uso do “para quem”, que destina o ensino da Libras para um grupo específico [Mas qual?].

Os surdos que estão aqui não representam os surdos de todo o Brasil.

Nessa formulação, percebe-se um pressuposto de apagamento social, avaliação negativa no que tange à não representatividade do ator social surdo que está presente no evento social. Esse fato remete ao que ocorrera em 1880, em Milão, quando reuniram-se educadores para votarem o melhor método a ser adotado na educação de surdos; no tocante a isso, Strobel (2009) relata que estavam presentes, majoritariamente, educadores defensores do oralismo⁶, ao passo que, os surdos não tinham direito a voto.

⁶ Trata-se da abordagem educacional para pessoas surdas que tem como principal objetivo desenvolver a oralização e a leitura labial, proibindo a utilização da língua de sinais.

É importante frisar que mesmo o ator social surdo não alcançando total aprovação e apoio, ainda assim representa grande parte dos surdos sinalizantes da Libras, uma vez que não se trata simplesmente de uma forma de comunicação, mas interseccionada à língua temos os movimentos culturais e identitários que constituem uma comunidade; ademais, quem tem essa vivência, sabe dos percalços das barreiras sociais enfrentadas pelos surdos. Posto isso, é pertinente a afirmação de que a maioria dos surdos não apoiam a oralização, a precarização do ensino.

O ator social ouvinte, no enunciado, usa o termo “surdo”⁷ para se referir às pessoas da comunidade ali representada, entretanto, o sentido de surdo atribuído por ela diverge do sentido de surdo mobilizado pela Feneis. Por essa lógica, sobre a polissemia, Orlandi (2013) postula que “Palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes. Por exemplo, a palavra ‘terra’ não significa do mesmo modo para um índio, para um agricultor sem terra e para um grande proprietário rural” (Orlandi, 2013, p. 44-45). Com base no que fora exposto, entendemos que a palavra “surdo” não significa do mesmo modo para todos, pois, as palavras vão significar conforme as práticas sociais em que o ator social se inscreve, assim entendemos que essa palavra não vai ter o mesmo sentido para um militante do movimento surdo e para um ouvintista.

Em síntese, com base nos textos materializados na prática social em questão, apontamos, por meio da categoria de avaliação, a mobilização da presunção ideológica oralista frente à causa da comunidade surda. Evocamos o entendimento de ideologia sugerida por Van Dijk (2016): “[...] ideologias são especificadas com mais precisão em atitudes socialmente compartilhadas sobre determinados ‘problemas’ ou preocupações do grupo [...]” (Van Dijk, 2016, p. 16). Apreende-se, nesse contexto, que as atitudes sociais da representante ouvinte distorce a realidade da educação de surdos, dado que, sem experiência na comunidade surda, coloca-se enquanto detentora do poder, contrariando os anseios dos surdos.

A coordenadora defende a prática oralista nas escolas, prática que causou retrocesso à educação de surdos desde o congresso de Milão. Nesse sentido, é válida a afirmação de que existe abuso de poder hegemônico, visto que a concepção da representante pressupõe que o surdo deve se igualar/normalizar aos ouvintes. Para tanto, se vale da sua condição de ouvinte e o seu cargo para deter o domínio do grupo minoritário [surdos], desse jeito aproveita os “[...] privilégios ou mesmo o mero pertencimento a um grupo dominante ou majoritário” (Van Dijk, 2008, p. 42). Em consonância, Wodak (2004) afirma que o poder envolve relações de diferença, desse modo “A linguagem constitui um meio articulado com precisão para construir diferenças de poder nas estruturas sociais hierárquicas” (Wodak, 2004, p. 237). Diante disso, o ator social comunidade surda é desconsiderado na tomada de decisões, há a exclusão exercida pela hegemonia.

⁷ Salientamos que pesquisadores da comunidade Surda mundial, como Karen Strobelt, Carlos Skliar, Carol Padden, dentre outros, adotam o termo com “S” maiúsculo (*Deaf* no inglês) para se referir aos sujeitos que têm identidade cultural e linguística, isto é, compartilham a língua de sinais, a história em comum e os valores culturais próprios.

A seguir, o discurso⁸ de Patrícia Rezende:

Quando a senhora fala sobre os surdos, que a Feneis não representa os surdos, que eu como surda, doutora... – Nesse momento, Rosângela interrompe o discurso, imediatamente, Patrícia retira o microfone utilizado pela ouvinte, que tenta pegar o microfone novamente, mas Patrícia a impede – eu estou falando. A senhora já falou, eu respeitei o momento da sua fala, agora, por gentileza, respeite o momento da minha fala, por favor.

Aqui delinea-se, por um pressuposto ideológico contrastante com o apresentado anteriormente, um discurso de contrapoder, em virtude de o ator social (minoridade) posicionar-se divergentemente à maioria ouvinte, na prática social em questão. Sendo assim, Van Dijk (2008) atesta que os grupos dominados, nas mais diversas condições sociais, podem reagir com resistência ao abuso de poder; o autor ratifica que “[...] com o exercício de um contrapoder, o que, a seu turno, pode tornar o poderoso menos poderoso, ou até mesmo vulnerável, situação típica das revoluções” (Van Dijk, 2008, p. 43).

Destaca-se aqui a paráfrase da fala de Rosângela “[...] a Feneis não representa os surdos [...]”. Nesse enunciado, identifica-se o uso da metonímia quando Patrícia substitui “surdos”, termo usado pela ouvinte, por “Feneis”, que é a instituição que abarca todos os atores sociais surdos. Por conseguinte, ratifica a avaliação negativa de não representatividade dos surdos.

Continuando, Patrícia identifica-se: “eu como surda, doutora” [poucos surdos são doutores]. Daí, ocorre a tentativa de silenciamento do discurso da doutora surda, entretanto, ela resiste e não permite que a ouvinte a silencie. Esse fato ilustra, em segundos, a opressão e o abuso de poder sob a minoria surda ao longo da história. Em resumo, os atores sociais do ouvintismo falam pelos atores sociais surdos, o que culmina nas várias barreiras de participação social; o ato de Patrícia de segurar o microfone, não permitindo a fala da gestora ouvinte, significa a resistência do povo surdo⁹ contra a opressão hegemônica.

Eu estou muito emocionada, mas negativamente porque é uma gestora pública que despreza os surdos.

Após retomar o seu discurso, Patrícia expõe: “Eu estou muito emocionada”. Nessa oração temos uma afirmação afetiva intensificada pelo advérbio “muito”. Em seguida, por meio de uma extensão de deslocamento (mas), explica o teor do sentimento, avalia enquanto “negativo”, o que semanticamente podemos entender como “decepcionante”. Em vista disso, expõe o motivo de estar emocionada: “é uma gestora pública que despreza os surdos”. Desse jeito, ratifica que a materialidade do discurso vem de uma gestora pública, isto é, uma agente do poder, um ator social que poderia agir de modo a corroborar com a comunidade surda, porém, como assevera Patrícia, ela [Rosângela] os despreza – o que elucida o sentimento de

⁸ Na ocasião, uma intérprete de Libras fazia a tradução da Libras para o português.

⁹ Strobel explica que o termo “povo surdo” abrange, independente da localização, todos os sujeitos que partilham da formação visual.

decepção acionado anteriormente. Quando Patrícia utiliza o verbo “desprezar” traz a injunção ao entendimento da vigência de uma política hierárquica, configurada de modo que a hegemonia ouvinte prevalece sob a minoria surda, subalternando-a.

[...] a senhora, de fato, nos discriminou e nos faltou respeito, isso já deixou provado que, de fato, o poder público tem discriminado.

Diante do discurso de ideologia ouvintista, a representante da comunidade surda posiciona-se, avalia enquanto um discurso discriminatório e desrespeitoso. O uso do pronome na primeira pessoa do plural [nós] indica que o ator social torna-se múltiplo, várias vozes falando, a comunidade surda. Em seguida, Patrícia entende que essa materialidade discursiva, naquele evento social, comprova que o ator social poder público/Rosângela (metonímia) tem discriminado; o uso do verbo “ter”, sugere constância, indica uma recorrência de atos discriminatórios. E complementa: “Se a senhora age assim nesse espaço, imagine nas escolas e nos outros espaços como deve ser sua atitude [...]”; aqui, o ator social surdo ratifica a avaliação negativa em relação ao discurso do ator social ouvinte.

Diante do panorama apresentado, percebe-se que Patrícia elabora um discurso contra-hegemônico, portanto, tensiona-se com o que fora formulado por Rosângela. Evidencia-se a resistência do povo surdo na sociedade, o enfraquecimento dos preceitos ouvintistas, dentre eles o preconceito e a discriminação [citada por Patrícia] da diferença linguística-cultural-identitária.

Conforme analisado, o discurso da representante da secretaria de educação revela repetições ideológicas análogas às defendidas por representantes ouvintes no Congresso de Milão. Essa perspectiva, por sua vez, contrasta com o posicionamento da representante da Feneis. A imposição do ouvintismo na educação de surdos resultou em um significativo retrocesso no processo de ensino-aprendizagem desse povo. Ademais, essa prática demonstrou uma insensibilidade profunda, privando os surdos de seu conforto linguístico, identidade e cultura.

De acordo com o que foi demonstrado no primeiro momento desta análise, as práticas ouvintistas se tornaram mais sutis, inseridas no discurso inclusivista, mas continuam a causar prejuízos à comunidade surda. São discursos dessa natureza que geram barreiras para a formulação de políticas públicas eficazes, voltadas para a modalidade de educação adequada aos surdos. Quadros (2005) indica que o uso instrumental da língua de sinais sustenta as políticas de educação de surdos, sob o pretexto da inclusão. As pesquisas que comprovam a relevância das línguas de sinais são desconsideradas na elaboração dessas políticas. Dentro do espaço escolar, a língua de sinais torna-se secundária. As implicações desse cenário no processo de ensino-aprendizagem caracterizam, em essência, práticas de exclusão.

Ainda assim prevalece a falácia de que escolas bilíngues para surdos representam uma segregação, o que ignora seu verdadeiro propósito: a institucionalização de um espaço político e identitário de imersão cultural dos surdos. A crítica, portanto, acaba por reforçar políticas que desvalorizam o bilinguismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término dessa pesquisa, por meio da esteira teórica da ADC, apreende-se que as relações assimétricas de poder entre os atores sociais surdos e não surdos, do recorte analítico, estão alicerçadas às ideologias que têm o cunho, respectivamente de: resistência e luta por reconhecimento; imposição ouvintista normatizadora.

Durante séculos, a soberania ouvinte impera sob a comunidade surda, com discriminação, silenciando-os e limitando-os. A esse respeito, Van Dijk (2008), comenta que um grupo “A” possui poder sobre o grupo “B” quando as ações [aqui entendidas como controle cognitivo] e potenciais de “A” assumem um controle social sobre “B”, limitando-o.

Em contraste, há a mobilização ideológica contra-hegemônica, que significa o tensionamento com a ideologia ouvintista; nesse viés, os atores sociais surdos vislumbram uma ruptura do sistema hierárquico prevalecente na sociedade. Desse jeito, por meio dos discursos, conseguem ocasionar mudanças sociais, inclusive, na educação de surdos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Educação bilíngue de surdos se torna modalidade de ensino independente*. Brasília, DF: [s. n.], 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/08/educacao-bilingue-de-surdos-se-torna-modalidade-de-ensino-independente>. Acesso em: 31 out. 2025.

FAIRCLOUGH, Norman. Texts, social events and social practices. In: FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. Routledge: London, 2003, pp. 21-38.

FENEIS. *Feneis*: Patrícia Rezende na Audiência Pública no Senado Federal. YouTube, 25 jun., 2016. 10min30s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ds4MsRLKM1w>. Acesso em: 31. out. 2025.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Organização e revisão técnica de Arthur Ituassu. Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira. RJ: Ed. PUC, Apicuri, 2016.

HOLDORF, Monica; ROBINSON, Wilson. *Barreiras de acessibilidade enfrentadas por pessoas surdas no setor de serviços: uma revisão integrativa da literatura*. Saber Humano, ISSN 2446-6298, v. 10, n. 17, pp. 165-191, jul./dez. 2020.

OLIVEIRA, Liliane Assumpção. *Fundamentos Históricos Biológicos e Legais da Surdez*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. 11. ed. Campinas, SP: Editora Pontes, 2013.

PADDEN, Carol; HUMPHRIES, T. *Deaf in America: voices from a culture*. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

QUADROS, Ronice Muller de. O bi do bilingüismo na educação de surdos. *In: Surdez e bilingüismo*. 1. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005, v.1, pp. 26-36.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de Discurso Crítica*. 2. ed. SP: Contexto, 2021.

SKLIAR, Carlos. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

STROBEL, Karin Lílian. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. 2. ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

STROBEL, Karin. *História da educação de surdos*. UFSC. Florianópolis, 2009.

VAN DIJK, Teun Adrianus. Estruturas do discurso e estruturas do poder. *In: VAN DIJK, Teun Adrianus. Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 39-85.

VAN DIJK, Teun Adrianus. Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso. *Letrônica*. PUCRS. Porto Alegre, v. 9, n. esp. (supl.), s8-s29, nov. 2016.

VIEIRA, Josenia Antunes; MACEDO, Denise Silva. Conceitos chaves em análise de discurso crítica. *In: BATISTA JR., José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Batista; MELO, Iran Ferreira de (org.) Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*, 1. ed. São Paulo, Parábola. 2018, pp. 48-78.

WODAK, Ruth. Do que trata a ADC – Um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. (org.). Methods of Critical Discourse Analysis*. London: Sage, 2001. [Tradução de Débora de Carvalho Figueiredo]. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, v. 4, n. esp., pp. 223-243, 2004.